

MÜLLER, Lauro

*gov. SC 1889-1890; const. 1891; gov. SC 1891; dep. fed. SC 1891-1899; sen. SC 1900-1902; gov. SC 1902; min. Ind. 1902-1906; sen. SC 1907-1912; min. Rel. Ext. 1912-1917; sen. SC 1917-1926.

Lauro Severiano Müller nasceu em Itajaí (SC) no dia 8 de novembro de 1863, filho dos imigrantes alemães Peter Müller e de Ana Michels Müller. Seu pai chegou a Santa Catarina em 1829 junto com as primeiras famílias alemãs que se estabeleceram na província. Seu irmão Eugênio Luís Müller foi deputado estadual (1907-1910), vice-governador (1910-1914) e deputado federal por Santa Catarina (1915-1920). Seu primo Filipe Schmidt foi deputado federal por Santa Catarina (1891-1893), duas vezes governador do estado (1898-1902 e 1914-1918) e senador (1903-1914 e 1918-1926).

Educado em escolas particulares alemãs de Itajaí e Blumenau (SC), aos 16 anos mudou-se para Niterói, então capital da província do Rio de Janeiro, onde foi recebido por um tio comerciante. Em fevereiro de 1882, assentou praça no corpo de alunos da Escola Militar da Praia Vermelha, no Rio de Janeiro. Promovido a alferes-aluno em 1885, foi um dos discípulos diletos do tenente-coronel Benjamin Constant Botelho de Magalhães, que exerceu influência marcante na formação de toda uma geração de jovens oficiais atraídos pela doutrina positivista e pelo ideal republicano.

Aderiu ao movimento abolicionista e foi co-autor do folheto *Ceará: homenagem dos alunos da Escola Militar*, publicado em comemoração à libertação dos escravos na província cearense. Foi colaborador da *Revista da Família Acadêmica*, junto com outros jovens colegas da escola, como Euclides da Cunha, Cândido Rondon e Tasso Fragoso. Após concluir os cursos de artilharia e estado-maior de primeira classe, formou-se engenheiro em 1888. Em janeiro de 1889, foi promovido a segundo-tenente e transferido para a recém-criada Escola Superior de Guerra (ESG), sempre no Rio de Janeiro.

Participou do movimento de 15 de novembro de 1889 que derrubou a monarquia e desempenhou papel relevante na implantação da nova ordem política no país. Atuou na

sedição sob a liderança de Benjamin Constant, ídolo da mocidade militar republicana e uma das figuras de proa da conspiração contra o regime monárquico. Na semana que antecedeu o levante, junto com outros jovens oficiais do Exército, assinou declarações, que ficaram conhecidas como “pactos de sangue”, garantindo apoio incondicional a Benjamin Constant no embate contra o governo imperial.

Praticamente restrito ao Rio de Janeiro, o levante militar foi rapidamente vitorioso. Ao amanhecer do dia 15 de novembro, o marechal Deodoro da Fonseca assumiu o comando das tropas que cercaram o quartel-general do Exército, no centro da capital. Ali se encontravam os principais líderes monarquistas e forças da polícia e da Marinha, mobilizadas para dar combate aos rebeldes. Não houve refrega. O único episódio sangrento do dia ocorreu justamente quando Lauro Müller e o tenente Adolfo Peña deram voz de prisão ao ministro da Marinha, José da Costa Azevedo, o barão de Ladário. O ministro reagiu e foi ferido a bala.

Deodoro da Fonseca assumiu a chefia do governo provisório e, por recomendação de Benjamin Constant e do líder republicano catarinense Antônio Justiniano Esteves Júnior, Lauro Müller foi nomeado governador de Santa Catarina.

GOVERNADOR DE SANTA CATARINA

Lauro Müller tomou posse do cargo de governador em 2 de dezembro de 1889, sucedendo à junta provisória formada por Raulino Horn, o coronel João Batista do Rego Barros Cavalcanti de Albuquerque e Alexandre Marcelino Bayma. No mês seguinte, dissolveu as câmaras municipais e criou os conselhos de intendentes. A maioria dos nomeados era de republicanos, o que gerou protestos de liberais e conservadores que haviam aderido ao novo regime.

Promovido a primeiro-tenente em janeiro de 1890 e, dois meses depois, a capitão, foi um dos 40 militares eleitos em setembro de 1890 para a Assembleia Nacional Constituinte e para a primeira legislatura do Congresso Nacional, sendo substituído no governo estadual pelos vice-governadores Raulino Horn e Gustavo Richard. Representante da bancada

catarinense na comissão de 21 membros que analisou o projeto de Constituição apresentado pelo governo provisório, destacou-se como defensor da autonomia dos estados e da lei de naturalização dos estrangeiros e como autor da proposta de transferência da capital da República para o Planalto Central, incorporada ao texto da Constituição de 24 de fevereiro de 1891. Na eleição indireta realizada ao término dos trabalhos da Constituinte, apoiou a candidatura vitoriosa de Deodoro da Fonseca a presidente da República.

Em 12 de junho de 1891, foi eleito governador de Santa Catarina pelos constituintes estaduais. Chegou a assumir o governo, mas optou por exercer o mandato de deputado federal, transmitindo a chefia do Executivo ao vice-governador Gustavo Richard em 29 de junho. Apoiou o chamado golpe de Deodoro, quando este dissolveu o Congresso Nacional em 3 de novembro, e pouco depois, em 10 de novembro, voltou a assumir o governo catarinense. Entretanto, sua permanência no cargo logo se tornou insustentável. A pressão civil e militar contra o golpe provocou a renúncia de Deodoro em 23 de novembro e a ascensão ao poder do vice-presidente Floriano Peixoto, que anulou a dissolução do Congresso. Seguiu-se, em vários estados, a deposição dos governadores deodoristas.

Em Santa Catarina, a oposição estadual moveu cerrada campanha contra Lauro Müller na capital – então chamada Desterro – e em vários municípios. Republicanos de Blumenau, liderados por Hercílio Luz, formaram uma coluna armada que se pôs a caminho da capital para defender o governador. Mas, sem a garantia das tropas federais, Müller avaliou que suas chances de resistência eram mínimas e renunciou ao governo em 28 de dezembro. Em seu lugar assumiu Firmino Lopes Rego, comandante da Guarnição Militar do Desterro, que governou Santa Catarina por um dia e em seguida transmitiu o governo a uma junta composta por Cristóvão Nunes Pires, coronel Luís dos Reis Falcão e Artur Deocleciano de Oliveira. Em 1º de março de 1892 foi nomeado interventor no estado Manuel Joaquim Machado, que em 15 de setembro seria eleito governador.

A REVOLUÇÃO FEDERALISTA E A RECONCILIAÇÃO COM FLORIANO PEIXOTO

Lauro Müller retomou o mandato de deputado em abril de 1892, por ocasião da reabertura dos trabalhos do Congresso Nacional. De imediato, integrou a minoria parlamentar de oposição, apoiando o fim das medidas repressivas contra militares e civis acusados de conspiração para a derrubada do governo Floriano Peixoto. Na mesma época, estabeleceu relações com dirigentes do Partido Operário Brasileiro, organizado pelo tipógrafo Luís França e Silva. Em maio, solicitou à Câmara que examinasse a representação do partido em favor da instituição das oito horas de trabalho.

Em 1893, reconciliou-se com Floriano Peixoto, apoiando o governo federal na luta contra a Revolução Federalista e a Revolta da Armada. De todo modo, suas relações com Floriano permaneceram marcadas por uma desconfiança mútua, conforme revelou mais tarde a um jornalista. “O Floriano não gostava de mim; para ele, soldado só nas fileiras (...). Não queria saber de quem tivesse estudos (...). Nunca se referiu à minha patente; tratou-me sempre por doutor (...). Defendia-o na Câmara em discursos comedidos, sem desperdício de palavras, para lhe parecerem sinceras.”

Iniciada em fevereiro de 1893 no Rio Grande do Sul, a Revolução Federalista transformou-se no mais violento conflito armado da Primeira República, com milhares de mortos e prisioneiros degolados ou fuzilados. A revolução foi provocada pela acirrada disputa entre os partidários de Júlio de Castilhos, chefe do Partido Republicano Rio-Grandense (PRR), e os aliados de Gaspar Silveira Martins, que formaram o Partido Federalista. Defensores do parlamentarismo e da revogação da Constituição estadual positivista, os federalistas e dissidentes do PRR não se conformaram com a volta de Castilhos ao governo estadual – também ele, após a renúncia de Deodoro, havia sido deposto em 1891, mas voltara ao governo em janeiro de 1893 – e optaram pelo confronto armado. A luta só terminaria em agosto de 1895, no governo do presidente Prudente de Morais.

Lauro Müller aplaudiu a intervenção de Floriano Peixoto no conflito e o envio de

tropas do Exército para o combate aos federalistas, também conhecidos como maragatos. Em julho de 1893 discursou na Câmara, denunciando a revolução que ameaçava “avassalar o país” e criticando a ideia do plebiscito nacional para a adoção do regime parlamentarista, advogada por Silveira Martins. Enquanto isso, em Santa Catarina, o governador Manuel Joaquim Machado se aproximava dos federalistas e rompia com o governo central, deixando o governo no mês de junho e sendo substituído pelo primeiro vice-governador Eliseu Guilherme da Silva.

Em setembro, teve início a Revolta da Armada no Rio de Janeiro. Com o apoio de um grupo de altos oficiais da Marinha, o almirante Custódio de Melo tentou forçar a renúncia de Floriano, sublevando diversas unidades encouraçadas na baía de Guanabara. Ante a resistência das forças de terra, o almirante deslocou parte da esquadra rebelde para Santa Catarina, aliando-se aos federalistas. Enquanto Eliseu Guilherme da Silva passava o governo ao segundo vice-governador, Cristóvão Nunes Pires, os revoltosos ocuparam Desterro e instalaram um governo provisório da República chefiado pelo capitão de mar e guerra Frederico Guilherme de Lorena.

No mês seguinte, Lauro Müller incorporou-se à força expedicionária legalista do general Francisco de Paula Argolo, incumbida de impedir o avanço da coluna revolucionária de Gumerindo Saraiva, proveniente do Rio Grande do Sul, sobre Santa Catarina. Mal equipadas e inferiorizadas numericamente, as tropas legalistas evitaram o combate direto, recuando para Curitiba. Os maragatos de Gumerindo Saraiva prosseguiram a ofensiva: conquistaram a capital paranaense, o porto de Paranaguá e a cidade de Lapa (PR), marchando em direção a Itararé (SP).

Müller retirou-se com as tropas legalistas para São Paulo e não participou das operações militares subsequentes contra os federalistas. Em março de 1894, as forças de Gumerindo deixaram o Paraná e recuaram para o Rio Grande do Sul. Em 22 de abril, o coronel Antônio Moreira César foi nomeado interventor federal em Santa Catarina, assumindo o controle da situação no estado. Seu governo,

marcado pela repressão implacável contra os federalistas, estendeu-se até setembro, quando Hercílio Luz foi empossado como primeiro governador eleito pelo voto direto. Um dos primeiros atos do governador foi a mudança do nome da capital estadual para Florianópolis, em homenagem a Floriano Peixoto.

Reeleito deputado federal, Lauro Müller retomou a atividade parlamentar em outubro de 1894. Tornou-se a figura de maior prestígio da política catarinense no cenário nacional, ao mesmo tempo em que Hercílio Luz se consagrava como principal chefe político no nível estadual. Na Câmara dos Deputados, integrou o grupo de parlamentares florianistas do Partido Republicano Federal (PRF) que, sob a liderança do deputado paulista Francisco Glicério, tentou, sem êxito, tutelar as ações do presidente Prudente de Moraes (1894-1898). Reeleito deputado em 1896, renunciou à Comissão de Orçamento em junho seguinte, em solidariedade a Francisco Glicério, derrotado na eleição para a presidência da Câmara pelo deputado baiano Artur Rios. Também em 1897, cuidou da organização do Partido Republicano Catarinense (PRC), juntamente com o governador Hercílio Luz, com quem acertou a composição dos principais diretórios municipais. De volta ao Rio de Janeiro, participou da convenção oposicionista que lançou o nome de Lauro Sodré às eleições presidenciais de março de 1898, vencidas por Campos Sales, ex-presidente do estado de São Paulo. A eleição para o governo catarinense ocorreu no mesmo ano, com a vitória do capitão Filipe Schmidt, deputado constituinte em 1891 e primo de Müller.

MINISTRO DA INDÚSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS

Em 1899, Lauro Müller apoiou a reforma do regimento da Câmara dos Deputados, concebida pelo presidente Campos Sales (1898-1902) com o objetivo de assegurar a diplomação dos candidatos das situações dominantes em cada estado na legislatura seguinte. A reforma fazia parte do projeto político mais amplo de Campos Sales, tornando-se uma das peças básicas para a efetivação da

chamada “política dos governadores”. As primeiras eleições realizadas à sombra do pacto proposto por Campos Sales ocorreram em dezembro de 1899, e o reconhecimento dos diplomas dos deputados e senadores (um por estado, pois a renovação foi de apenas um terço) seguiu exatamente a regra proposta pelo presidente. Ao mesmo tempo em que encerrou seu mandato de deputado federal, Lauro Müller foi eleito senador por Santa Catarina, derrotando o general Alexandre Bayma.

Em 1901, atuou como mediador da crise no PRC entre a ala dissidente de Hercílio Luz, defensor da reconciliação com os federalistas, e o grupo do governador Filipe Schmidt, contrário à aproximação com a oposição estadual. Müller apoiou a ideia da reconciliação e conseguiu reunificar o partido. Proclamado chefe supremo do PRC, foi eleito governador de Santa Catarina em agosto de 1902. Empossado no mês seguinte, já em novembro passou a chefia da administração estadual ao vice-governador Vidal Ramos, acedendo ao convite do presidente eleito Rodrigues Alves (1902-1906) para integrar seu ministério.

Assumiu o Ministério da Indústria, Viação e Obras Públicas em novembro de 1902, destacando-se como um dos principais responsáveis pela remodelação do porto do Rio de Janeiro, obra prioritária do programa de governo do presidente Rodrigues Alves. A modernização do porto e a reforma urbana liderada pelo prefeito Francisco Pereira Passos transformariam radicalmente a fisionomia da capital da República.

O plano das obras do porto do Rio de Janeiro ficou a cargo de uma comissão presidida por Müller e integrada pelos engenheiros Francisco Bicalho, Paulo de Frontin, Gabriel Osório de Almeida, José Freire Parreiras Horta, Manuel Maria de Carvalho e Domingos de Sabóia e Silva. No lugar dos antigos trapiches e desembarcadouros, o plano previu a construção de um cais de 3.300 metros de extensão, o aterro de uma faixa contígua para a instalação de armazéns e guindastes elétricos e a abertura da avenida do Cais (depois chamada Rodrigues

Alves). Também foi prevista a abertura de duas grandes vias para a comunicação do porto com a cidade: a avenida Central (depois denominada Rio Branco) e a avenida do Mangue (futura Francisco Bicalho).

Em maio de 1903, o governo brasileiro negociou um empréstimo de 8,5 milhões de libras com os banqueiros ingleses Rothschild para a construção do porto e as obras complementares. Ao câmbio da época, o empréstimo correspondia a 136 mil contos, quase metade do orçamento federal. No mês seguinte, Rodrigues Alves e os ministros Lauro Müller e Leopoldo Bulhões (Fazenda) promulgaram o Decreto nº 4.859, que criou a Caixa Especial dos Portos, estabelecendo um regime cambial especial para a execução das obras de melhoramentos dos portos em geral. As obras do porto do Rio foram contratadas com a firma inglesa C. H. Walker e tiveram início em março de 1904. O primeiro trecho do cais foi inaugurado em novembro de 1906, ao término do mandato de Rodrigues Alves. Os trabalhos foram concluídos cinco anos mais tarde.

O processo de reurbanização da capital federal ensejou acirrada disputa entre duas companhias interessadas na primazia do fornecimento de energia elétrica ao mercado carioca: a Guinle & Cia, empresa pertencente a Cândido Gaffrée e Eduardo Guinle, concessionários das Docas de Santos, e a The Rio de Janeiro Tramway, Light and Power Company, pertencente ao mesmo grupo de capitalistas canadenses e norte-americanos que controlavam a São Paulo Light, concessionária dos serviços de eletricidade na capital paulista.

Lauro Müller viu-se diretamente envolvido pela disputa entre a Guinle & Cia e a Rio Light. Em dezembro de 1904, em meio à luta nos bastidores entre as duas empresas, o ministro promulgou o Decreto nº 5.407, regulando “o aproveitamento da força hidráulica para transformação em energia elétrica aplicada a serviços federais”. Considerado o embrião da legislação brasileira sobre energia elétrica, o decreto estabeleceu basicamente os seguintes princípios: concessão sem privilégio no prazo de 90 anos; reversão para a União dos bens utilizados na

concessão; revisão da tarifa ao final do terceiro ano e, daí por diante, a cada cinco anos; redução tarifária sempre que os lucros líquidos de concessionário superassem a remuneração anual de 12% sobre o capital aprovado pelo governo; autorização para o concessionário promover desapropriação; e competência exclusiva da União para autorizar concessões de aproveitamentos hidrelétricos nos rios de domínio federal.

Após a promulgação do Decreto nº 5.407, o advogado Alexander Mackenzie solicitou permissão do governo para a Rio Light atuar no país. Lauro Müller rejeitou o requerimento. Sua negativa, abrindo espaço para a atuação da Guinle & Cia nas atividades de energia elétrica no Rio de Janeiro, rendeu acalorados debates na imprensa. Mackenzie e o empresário norte-americano Percival Farquhar agiram prontamente para fazer impor os interesses da Rio Light, contando com o auxílio do embaixador dos Estados Unidos no Brasil, David Thompson.

Em maio de 1905, Lauro Müller reviu sua posição e assinou o decreto que autorizou o funcionamento da Rio Light no país. A batalha jurídica e política de Eduardo Guinle e Cândido Gaffrée contra a Light durou vários anos. Apesar de algumas contramarchas, a empresa estrangeira garantiu o monopólio dos serviços de energia elétrica no Rio de Janeiro.

A construção ferroviária ganhou certo alento durante a gestão de Lauro Müller no Ministério da Viação. A extensão das linhas em tráfego teve um acréscimo de 1.560 quilômetros, atingindo o total de 17.240 quilômetros.

A Estrada de Ferro Central do Brasil (EFCB) prolongou a chamada Linha do Centro, alcançando as cidades de Cordisburgo, Curvelo e Corinto, em Minas Gerais. O alargamento da bitola da EFCB no ramal de São Paulo, obra essencial para a ligação entre as duas maiores cidades do país, foi bastante adiantado.

Em outubro de 1904, Lauro Müller autorizou a Companhia Estrada de Ferro Noroeste do Brasil a promover a ligação entre Bauru (SP) e Cuiabá, levando em

conta a importância estratégica da comunicação ferroviária entre a região Sudeste e o estado do Mato Grosso. Posteriormente, o governo federal modificou as condições da concessão e o traçado da ferrovia. Formada por capitais brasileiros e franco-belgas, a Companhia Noroeste ficou encarregada da construção do trecho entre Bauru e a localidade paulista de Itapura, próxima ao rio Paraná. A implantação da ferrovia no território mato-grossense foi confiada a outra empresa. Em setembro de 1906, o primeiro trecho de cem quilômetros da Companhia Noroeste foi aberto ao tráfego em cerimônia que contou a presença de Müller, do presidente do estado de São Paulo, Jorge Tibiriçá, e vários políticos paulistas. Em junho de 1905, o Ministério da Viação promoveu concorrência para a implantação da ferrovia Madeira-Mamoré, vencida pelo engenheiro Joaquim Catramby. Importa assinalar que a assinatura do Tratado de Petrópolis em novembro de 1903 obrigara o Brasil a assumir os custos da construção da ferrovia, como forma de compensação à Bolívia pela perda do Acre. A concessão outorgada ao engenheiro Catramby foi adquirida pela Madeira-Mamoré Railway, empresa ligada à Brazil Railway, do empresário Percival Farquhar, que levou a cabo o empreendimento.

RAPOSA DE ESPADA À CINTA

Lauro Müller participou discretamente dos entendimentos para a sucessão do presidente Rodrigues Alves. A discussão em torno do problema sucessório começou em meados de 1904 e se prolongou até setembro de 1905, quando o vice-presidente Afonso Pena foi consagrado candidato oficial. O grande derrotado foi o próprio Rodrigues Alves que trabalhou, sem sucesso, pela indicação de Bernardino de Campos, ex-ministro da Fazenda e duas vezes presidente do estado de São Paulo.

Promovido a tenente-coronel em novembro de 1906, às vésperas da posse do governo Afonso Pena (1906-1909), Lauro Müller foi substituído no Ministério da

Indústria, Viação e Obras Públicas pelo engenheiro baiano Miguel Calmon. Em março de 1907, foi mais uma vez eleito senador, ocupando a vaga de Gustavo Richard, que fora eleito governador de Santa Catarina no ano anterior. Tomou posse do mandato em maio e viajou à Europa para um prolongado tratamento de saúde. Durante sua ausência, o senador Hercílio Luz entrou em conflito com Gustavo Richard, rompendo publicamente com o governador catarinense em fevereiro de 1908. Dois meses depois, Lauro Müller reuniu a bancada federal catarinense no Rio de Janeiro e renunciou à chefia do PRC. Tudo indica que sua renúncia era uma manobra calculada para ganhar tempo, fortalecer sua liderança e isolar Hercílio Luz. Seis meses depois, sem a participação do senador dissidente, uma assembleia do PRC reconduziu-o ao cargo de presidente do partido.

Considerado um político astucioso, militar de formação, mas diplomata por temperamento, Lauro Müller ganhou na época o apelido de “Raposa de espada à cinta” que lhe teria sido dado pelo senador gaúcho Pinheiro Machado.

Destacou-se como um dos articuladores da candidatura do marechal Hermes da Fonseca à sucessão presidencial de 1910. Sobrinho de Deodoro da Fonseca, o marechal assumira o Ministério da Guerra no início do governo Afonso Pena. Em maio de 1909, o movimento hermista passou a contar com o apoio dos senadores Pinheiro Machado, Francisco Sales (MG) e outros líderes de grande influência, em rota de colisão com o presidente da República e o grupo conhecido como “jardim de infância” que dava sustentação ao governo. Hermes da Fonseca pediu demissão do ministério no dia 14 de maio, e sua candidatura foi oficializada imediatamente em convenção de senadores e deputados presidida por Pinheiro Machado. Por sugestão de Lauro Müller, a convenção aprovou o nome do governador mineiro Venceslau Brás como companheiro de chapa do marechal Hermes.

A morte de Afonso Pena em junho de 1909 e a ascensão ao poder do vice Nilo

Peçanha, aliado de Pinheiro Machado, favoreceram em ampla medida a candidatura de Hermes. O senador baiano Rui Barbosa apresentou-se como concorrente, assumindo a liderança da Campanha Civilista de oposição. Hermes e Rui travaram a primeira disputa eleitoral acirrada da história republicana. A Campanha Civilista teve grande repercussão junto às classes médias urbanas, logrando boa votação em vários estados, inclusive Santa Catarina, onde contou com o apoio de Hercílio Luz.

Tal como esperado, Hermes venceu as eleições presidenciais e tomou posse em novembro de 1910. Em 1911, Müller proferiu discurso de saudação ao primeiro ano do governo Hermes, publicado em edição do *Jornal do Comércio*, do Rio de Janeiro, sob o título *Os ideais republicanos*.

SUCESSOR DE RIO BRANCO

Lauro Müller interrompeu a carreira parlamentar em fevereiro de 1912, ao ser designado ministro das Relações Exteriores pelo presidente Hermes da Fonseca (1910-1914), logo após o falecimento de José Maria da Silva Paranhos Júnior, o barão do Rio Branco, grande nome da história diplomática brasileira e chefe do Itamaraty desde 1902. Rio Branco comandou a política externa brasileira durante o governo de quatro presidentes (compôs o ministério de Rodrigues Alves juntamente com Müller) e foi o idealizador da “aliança especial” com os Estados Unidos como linha mestra da diplomacia nacional. Continuador da política americanista, Lauro Müller manteve-se à frente do Itamaraty durante o restante do governo Hermes e parte do governo de Venceslau Brás (1914-1918). Ainda em setembro de 1912 foi eleito para a vaga do barão do Rio Branco na Academia Brasileira de Letras.

Em diversos episódios, demonstrou o desejo de acompanhar a posição norte-americana nas questões internacionais. Em fevereiro de 1912, recém-nomeado chanceler (na mesma época foi promovido a coronel), instruiu o embaixador brasileiro em Washington, Domício da Gama, a consultar o Departamento de Estado sobre um levante ocorrido no Paraguai,

acrescentando que o fazia por desejar sempre marchar de acordo com os EUA. Em sua resposta, o embaixador afirmou que o Brasil não devia subordinar seu comportamento na América do Sul à audiência e, muito menos, à aprovação do governo norte-americano.

Outro momento de independência demonstrado por Domício da Gama ocorreu quando da denominada questão do truste do café. Em maio de 1912, o Departamento de Justiça dos EUA propôs ação contra um dos principais executivos do comitê de valorização do café de São Paulo, por violação da Lei Sherman antitruste, requerendo a venda imediata de 950 mil sacas de café estocadas em Nova Iorque. O embaixador Domício da Gama considerou a ação contrária ao direito de São Paulo manter contratos internacionais e criticou desabridamente a posição norte-americana em discurso na Pan-American Society. Lauro Müller desaprovou o discurso, procurando solucionar a questão por via diplomática. O Departamento de Justiça norte-americano aceitou as negociações, mas condicionou-as à venda, no mercado livre, do estoque de café pelo comitê de valorização até abril do ano seguinte. A ação judicial foi suspensa. Em janeiro de 1913, foi revelado que o comitê de valorização havia retirado todo o estoque de café que se encontrava nos EUA.

Primeiro chanceler brasileiro a viajar para o exterior em missão oficial, Lauro Müller visitou Washington e outras cidades norte-americanas em junho de 1913. Foi recebido pelo presidente Woodrow Wilson e recebeu o grau de doutor *honoris causa* da Universidade de Harvard.

Müller também deu continuidade ao esforço do barão do Rio Branco para amenizar as tensões com a Argentina. A seu pedido, o ex-presidente Campos Sales cumpriu uma breve missão como ministro plenipotenciário do Brasil em Buenos Aires em maio e junho de 1912. Em retribuição, o ex-presidente argentino Júlio Roca também foi designado para cumprir no Rio de Janeiro funções de ministro em missão especial no mesmo ano.

Em agosto de 1914, quando o marechal Hermes da Fonseca declarou a neutralidade do Brasil diante da guerra recém-conflagrada na Europa, Lauro Müller estava licenciado do Itamaraty por motivo de saúde. Reassumiu o posto logo em seguida e expediu novas instruções para garantir a neutralidade e salvaguardar os interesses do país. No mesmo ano,

foi promovido a general de brigada.

Em maio de 1915, visitou o Uruguai, Argentina e Chile. Juntamente com o presidente uruguaio Feliciano Vieira, inaugurou o marco divisório de Aceguá, dando cumprimento ao tratado sobre os limites de domínio da lagoa Mirim e do rio Jaguarão, celebrado pelos dois países em outubro de 1909. Em Buenos Aires, assinou com os chanceleres da Argentina e Chile o tratado sobre arbitragem de disputas conhecido como Tratado do ABC. O documento previa que as controvérsias entre Argentina, Brasil e Chile, ou entre dois deles, seriam submetidas a uma comissão permanente que se reuniria em Montevideu. Os três países obrigavam-se a não praticar atos de hostilidade enquanto a comissão não tivesse apresentado seu parecer.

Lauro Müller viajou novamente aos EUA em junho de 1916, dessa vez para tratamento de saúde. Visitou uma estação de águas no estado de Indiana e, por sugestão de Alexander Mackenzie, estendeu a viagem ao Canadá. Durante sua ausência de cinco meses, o embaixador Luís Martins de Sousa Dantas chefiou interinamente o Itamaraty.

O desenrolar da Primeira Guerra Mundial e a campanha pela entrada do Brasil na guerra contra a Alemanha acabariam provocando seu pedido de demissão do Itamaraty. Em janeiro de 1917, o governo alemão optou pela guerra submarina total, autorizando o afundamento de navios mercantes que mantivessem comércio com a Inglaterra, França e Itália. O chanceler brasileiro protestou contra o bloqueio marítimo, mas insistiu na posição de neutralidade, ao passo que os EUA optaram, de imediato, pelo rompimento de relações com a Alemanha.

Em 11 de abril, o governo brasileiro rompeu relações com o Império Alemão, em decorrência do torpedeamento do vapor *Paraná* na costa francesa e sob pressão da forte campanha de solidariedade aos países aliados, liderada por Rui Barbosa. Cinco dias antes, o presidente norte-americano Woodrow Wilson assinara a declaração de guerra contra a Alemanha. O rompimento de relações com Berlim não bastou, porém, para acalmar os ânimos que se exaltavam no país. A ascendência germânica de Müller foi invocada para colocá-lo em situação desconfortável no Itamaraty. Em virtude da oposição de

parlamentares e jornalistas, Müller renunciou à pasta no dia 3 de maio, sendo substituído por Nilo Peçanha. Em junho, o governo brasileiro revogou a lei da neutralidade, invocando a solidariedade continental e amizade tradicional com os EUA.

Lauro Müller voltou ao Senado em outubro de 1917, a tempo de votar favoravelmente à entrada do Brasil na Primeira Guerra Mundial ao lado dos EUA e países aliados. Sua volta foi assegurada pela renúncia do senador Abdon Batista e a realização de eleição extraordinária, à qual concorreu como candidato do PRC.

No ano seguinte, apoiou a indicação de Abdon Batista para a sucessão do governador Felipe Schmidt, enfrentando, porém, a oposição de Hercílio Luz e outras lideranças estaduais. Diante do impasse, aceitou encabeçar a chapa do PRC, ficando acertado que Hercílio Luz, candidato a vice, assumiria o governo do estado. O acordo foi cumprido à risca. Müller foi eleito governador, mas abdicou do cargo, perdendo a condição de principal líder do PRC para Hercílio Luz.

Reeleito senador em fevereiro de 1921, desempenhou papel secundário na campanha de Artur Bernardes nas eleições presidenciais do ano seguinte.

Faleceu no Rio de Janeiro em 30 de julho de 1926.

Foi casado com Luísa de Andrade Müller, com quem teve três filhos. Um deles, Antônio Pedro de Andrade Müller, foi deputado estadual em Santa Catarina (1919-1930). Seu sobrinho José Eugênio Müller foi deputado federal por Santa Catarina (1934-1937) e pelo estado do Rio de Janeiro (1957).

O nome de Lauro Müller foi dado a um município da zona carbonífera de Santa Catarina.

Paulo Brandi Cachapuz

FONTES: ABRANCHES, J. *Governos*; ABRANCHES, J. *Como*; BANDEIRA, L. *Presença*; BARRETO FILHO, F. *Sucessores*. v. 1; BEIGUELMAN, P. *Pequenos*; BELLO, J. *História*; BOITEUX, L. *Notas*; BUENO, C. *Política*; CABRAL, O. *Santa Catharina*; CÂM. DEP. *Anais* (10/6 – 31/7/1891, 28/7/1891. p. 587-589, 1-

3/11/1891, 3/11/1891, p. 41, 1- 31/7/1893, 26/7/1893, p. 489-492, 1-31/10/1894, 2/10/1894, p. 46, 3/6/1897, p. 75, 2-31/10/1899, 13/10/1899, p. 286-287, 23/10/1899, p. 590); CARONE, E. *República Velha*; CORRÊA, L. *Origens*; CARVALHO, J. *Forças armadas*; CASTRO, C. *Militares*; CASTRO, C. *Proclamação*; *Diário do Congresso Nacional* (XII, nº 1, 1/5/1900, p. 1-4, XIX, nº 2, 5/5/1907, XIX, nº 8, 12/5/1907, XXVIII, nº 127, 29/9/1917, p. 2.681, XXVIII, nº 150, 27/10/1917, p. 3.506); *Enc. Simpozio*. Disponível em: <<http://www.cfh.ufsc.br/~simpozio/EncReg/EncSC/MegaHSC/SC%20Primeira%20Republica/91sc2015-2041.htm>>; FERREIRA, M. *República*; FRANCO, A. *Rodrigues*; GAULD, C. *Farquha*; GHIRARDELLO N. *Beira*; GOMES, A. *Invenção*; KONDER, M. *Lauro*; LAMARÃO, S. *Capital*; LAMARÃO, S. *Dos*; LAHMEYER, E.; LEVY, M. *Estudos*; LEMOS R. *Benjamin*; LENZI, C. *Partidos*; MCDOWALL, D. *Light*; Mensagem do coronel Gustavo Richard (29/9/1891); OCTAVIO FILHO, R. *Lauro*, p. 172-188; PAULI, E. *Hercílio*; . SOUZA, M. *Processo*; *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro* (Tomo 99, v. 153 1/1926), p. 494-498.; TELLES, P. *História*; VILLELA, A; SUZIGAN W. *Política*.